

## **IDENTIDADES FORJADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MERCOSUL**

**Aluno: Gregory Beshara**  
**Orientadora: Leticia Pinheiro**

### **Introdução**

A disciplina de Relações Internacionais, nos últimos tempos, tem sido convidada a expandir seu vocabulário. Seja, por um lado, pelas interações sociais internacionais do mundo contemporâneo, crescentemente marcadas por um grau intenso de aproximação e interdependência; seja, por outro, pelas discussões epistemológicas e acadêmicas que se recrudescem na área dos estudos internacionais, é inegável que a disciplina tem desenvolvido uma linguagem que a permita pluralizar suas temáticas (Nogueira & Messari, 2005, p.223).

Imbuído por essa perspectiva, esse estudo, em vez dos típicos assuntos ligados aos dilemas de guerra, sobrevivência e imposição de poder, lança-se na análise de fatores identitários e culturais, como modo de afirmar a centralidade dessas temáticas no entendimento das relações internacionais. Mais especificamente, a proposta deste trabalho é examinar de que forma a área educacional vem adquirindo relevância no cenário internacional, transformando-se, inclusive, em instrumento de política externa estatal.

Nesse sentido, a pesquisa enfoca a atuação do Setor Educacional do Mercosul (SEM), ou Mercosul Educacional, e perscruta de que maneira este arranjo tem apontado para a construção de uma identidade comum aos membros do bloco regional. Em especial, debruça-se sobre as iniciativas relacionadas ao ensino de História, no âmbito do SEM, de modo a averiguar o seu potencial na formação desta identidade comum.

A questão central deste estudo, portanto, é perceber *se e como* a política externa brasileira vem se apropriando e/ou estimulando este projeto educacional como uma estratégia de condução do processo de integração regional. Desdobram-se daí análises que se direcionam fundamentalmente em dois sentidos: de um lado, o grau de prioridade conferido pela política brasileira ao esforço integracionista; de outro, o papel que vem sendo exercido por novos atores na política externa brasileira e sua comparação à atividade do Itamaraty.

Na realidade, é importante frisar que a motivação primeira deste trabalho está na pesquisa e na reflexão das idéias do projeto “Construção e Análise da Identidade Internacional do Brasil”, elaborado pela professora Leticia Pinheiro<sup>1</sup>. A partir dos dados recolhidos e dos questionamentos suscitados, surgiu especial interesse pela investigação do relacionamento entre o ensino de História, no âmbito do Setor Educacional do Mercosul, e as estratégias da política externa brasileira no processo de integração regional.

Além disso, não se pode perder de vista que esta pesquisa cumpre um importante caráter informativo. Em grande medida, o Mercosul Educacional é desconhecido por

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é um sub-produto do projeto de pesquisa “*A educação como instrumento de ação internacional e seu impacto sobre a Política Externa Brasileira*”, coordenado pela professora Leticia Pinheiro, minha orientadora no Programa de Iniciação Científica do CNPq.

expressiva parcela da população brasileira, ainda que seus projetos lhe possam trazer efeitos concretos e imediatos. Assim, pretende-se aqui expor parte do desempenho deste arranjo educacional, trazendo-o ao debate público e, em última instância, contribuindo para a politização dos temas tratados pela política externa.

A estrutura do trabalho seguirá quatro seções principais: a primeira fará uma breve apresentação do SEM e, especificamente, de seu projeto de criar um ensino de História comum; a segunda discutirá a relevância política e identitária da disciplina de História, justificando seu destaque neste estudo; a terceira refletirá sobre como essas iniciativas educacionais tem sido incorporadas como uma estratégia de reforço para opções adotadas pela política externa brasileira; a quarta, enfim, trará um debate inicial acerca da emergência de novos atores na formulação e implementação da política externa brasileira, nomeadamente a atuação do Ministério da Educação.

Por fim, há de se fazer uma ressalva metodológica quanto ao cronograma deste trabalho. De fato, o resultado aqui apresentado é fruto de apenas três meses de investigação. A atividade de pesquisa iniciou-se tardiamente por decorrer de um processo de substituição do bolsista anterior. Assim, sua preocupação se inclinou mais a desbravar temas e oportunidades de pesquisa do que propriamente encaminhar a análise para afirmações conclusivas.

## **O Setor Educacional do Mercosul**

O Setor Educacional do Mercosul foi projetado em 13 de dezembro de 1991, apenas oito meses após assinatura do Tratado de Assunção, no **Protocolo de Intenções** firmado entre os Ministros da Educação dos Estados-membros. A idéia central que motivou a criação do SEM foi o reconhecimento de que a educação tem importância estratégica para a integração econômica e cultural do Mercosul e, portanto, o bloco não deveria estar circunscrito a entendimentos econômicos.

Na realidade, o Mercosul Educacional pauta-se pela intenção de resgatar uma suposta herança comum entre os membros do bloco regional. O próprio Protocolo de Intenções deixa explícito:

“A herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do MERCOSUL, é comum.”

“Que da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua identidade ante os desafios do mundo contemporâneo.”<sup>2</sup>

Trata-se, portanto, de um esforço deliberado para apagar diferenças e criar valores compartilhados, como forma de fomentar a identificação dos países entre si, o que, em última análise, poderia contribuir sensivelmente para o aprofundamento da integração. Em outros termos, o SEM atua no sentido de deslocar as relações entre os Estados da “cultura lockeana”, marcada pela rivalidade, para a “cultura kantiana”, caracterizada pela harmonia e amizade (Wendt, 1999; Pinheiro, 2007, p.17).

Nesse sentido, o Mercosul Educacional tem empreendido diversos projetos para coordenar o ensino entre os países do bloco, nos diferentes níveis, em torno de ideais e propostas comuns. Já em seu documento fundador, estavam expressos os propósitos de “favorecer a articulação, a equiparação e a convalidação entre os diferentes Sistemas

---

<sup>2</sup> REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO, 1991, Brasília. Protocolo de Intenções, 13 de dezembro de 1991.

*Educação, em todos seus níveis e modalidades*”, acordando a “*Integração dos Sistemas Educacionais*” (Protocolo de Intenções). Em 1992, na divulgação do Plano Trienal para o Setor Educacional do Mercosul, essa perspectiva foi referendada, prevendo-se a harmonização dos sistemas educacionais dos países envolvidos (Cristofoli, 2002, p.37).

Na esteira dessas iniciativas, foi lançado um projeto que dedica especial atenção ao ensino de história, conforme dispõe o Plano Trienal 1998-2000: “*Implementação de programas que privilegiem a perspectiva regional na aprendizagem da História e da Geografia*” (Plano Trienal 1998-2000 apud Cristofoli, 2002, p.39).

Na mesma direção aponta o Compromisso de Brasília, especificamente nas Metas do Plano Trienal para o Ano 2000:

“I. Compatibilização de aspectos curriculares e metodológicos a partir de uma perspectiva regional:

Desenvolver proposta de metodologia e de produção de materiais acadêmicos, pedagógicos e didáticos para o ensino da História e da Geografia a partir de uma perspectiva regional.”<sup>3</sup>

Posteriormente, a proposta foi reafirmada na XVII Reunião de Ministros de Educação:

“Considerando a importância do ensino da História e Geografia do Mercosul para fortalecer a identidade regional. [acordam] adotar as medidas necessárias para agilizar a produção de materiais pedagógicos, acadêmicos e didáticos destinados ao ensino da História e da Geografia do Mercosul”<sup>4</sup>

Assim, além dos encontros ministeriais, foi estabelecido um Grupo de Trabalho voltado especialmente à discussão dos ensinamentos de História e Geografia no SEM, formado por especialistas da área. Esses grupos já realizaram dois seminários para debater o tema: um em Brasília, em 1997, outro em Montevidéu em 1999.

Constata-se, pois, que inúmeros documentos, reiteradamente, trazem à tona a importância de se articularem políticas para a consolidação de um ensino de história a partir de uma perspectiva regional. Isso deixa evidente que a disciplina foi merecedora de prioridade, obtendo especial destaque no bojo do Mercosul Educacional.

## **Ensino de História**

O direcionamento deste estudo ao ensino de História, em particular, justifica-se pela consideração de que as narrativas históricas transmitidas nos sistemas educacionais exercem significativa influência na constituição das identidades, imiscuindo-se, assim, de elevado teor de politização. Mais do que isso, parte-se da suposição de que esse componente político se expressa, inclusive, em termos de política *externa*.

Existem múltiplas formas de se narrarem os processos históricos. O modo como os eventos são encadeados, as relações de causalidade identificadas e os dados destacados - e silenciados - permitem à história conferir sentidos específicos aos acontecimentos. As sagas contadas não resultam de um conhecimento neutro e objetivo; ao contrário, são produto de um discurso específico, apropriado por algum ator (sejam

<sup>3</sup> COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1998, Brasília.

<sup>4</sup> REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO, 1999, Montevidéu. Ata da XVII Reunião de Ministros de Educação do Mercosul.

Estado, Partido, Igreja, juristas, nação etc.) que elege temas, personagens e fatos, como forma de divulgar e consolidar idéias coniventes com a manutenção de algum modo de legitimidade (Ferro, 1989, p.15).

Justamente essa concepção teleológica dos estudos históricos leva Ferro a afirmar que “a história é uma disputa” e que “controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente” (Ibid., p.1). Ou seja, a força da história torna-a um instrumento poderoso na consecução de objetivos de grupos diferentes da sociedade, o que transforma o controle da produção histórica em foro de afirmação e, por consequência, competição política.

Inúmeros exemplos validam essa perspectiva. Na Índia, as conquistas territoriais feitas país, ainda que ocorridas à força, como a de Camboja, Java e Sumatra, são narradas pela história oficial como “libertação”, sendo a indianização encarada como adesão voluntária ao modo de vida indiano (Ibid., p.34). Na antiga União Soviética, a legitimidade do poder do Partido baseava-se na história, tornando-a um assunto de Estado, “visto que o partido comunista se apresenta como a vanguarda e a expressão da classe operária a que, segundo a visão marxista da história, cabe a tarefa de realizar a passagem ao comunismo” (Ibid., p.17). Ainda, no Japão, “toda a história do país devia se adaptar a um dogma fundamental: o de que o status do imperador e de seus vassallos fora fixado para sempre (...) quando da criação do Japão pelos deuses” (Ibid., p.35).

Essa dimensão política da produção e ensino da história decorre, principalmente, do significativo papel que ele exerce na construção das identidades. A partir do modo como são contados a formação e o desenvolvimento de suas sociedades e culturas, os indivíduos constroem sua auto-imagem, identificam os valores que compartilham com o grupo no qual se insere e estabelecem os traços que os diferenciam e particularizam em relação à alteridade. Nesse sentido, afirma Ferro:

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca pelo resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor.” (Ferro, 1983, p.11).

É partindo dessa percepção que o mencionado projeto de ensino de história no Mercosul Educacional pretende desenvolver-se. A idéia é de que se possam elaborar narrativas históricas que superem as diferenças nacionais, apontem semelhanças e contribuam, assim, para que os povos dos diferentes países reconheçam-se com maior proximidade, sem que com isso sejam negligenciadas as idiosincrasias de cada país<sup>5</sup>.

Um dos principais fundamentos desse projeto é a percepção de que o ensino de história, na América Latina, é profundamente marcado pelo nacionalismo. Nesse sentido, o chileno Heraldo Muñoz define a região como “atomizada, dividida, desintegrada”, identificando que a “historiografia e geografia refletiriam esta enorme carência de identidade comum e de um projeto político unitário”. Isso levaria ao predomínio de “histórias nacionais, cada país visualizando-se a si mesmo como ilha, ignorando seus vizinhos ou, em alguns casos, onde houve conflitos fronteiriços, até “satanizando-os” (MARFAN, 1998 apud Cristofoli et al, 2004, p.10; Pinheiro, 2007, p. 15).

---

<sup>5</sup> A relação entre a integração regional e o ensino de História vem sendo estudada pelo Nipeh (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas em Ensino de História) da Universidade Federal de Santa Catarina e muitas de suas pesquisas serviram de base para a produção deste trabalho.

Outro ponto significativo refere-se à tradicional hierarquia temática que predomina nos currículos de história (Cristofoli et al, 2004, p.11). Geralmente, são privilegiados assuntos políticos e econômicos em detrimento de aspectos culturais. Isso favorece a identificação de rivalidades, competição e ameaças, enquanto que uma abordagem sócio-cultural poderia desvelar traços afins, como as heranças ibéricas ou as influências indígenas.

Pode-se, ainda, discutir o potencial exercido pelo ensino de história relativamente às diferenças lingüísticas da região. Admitido que os idiomas nacionais carregam forte componente identitário e que o bloco regional engloba povos com línguas distintas, a narrativa histórica poderia figurar como uma possibilidade de construção de identidade comum paralelamente à diversidade lingüística. Em outros termos, enquanto a língua extrapola, em muito, o mero ambiente escolar, o ensino da história está submetido à institucionalização acadêmica, o que torna mais viável não só sua apropriação, mas também sua divulgação.

Há de se ressaltar, contudo, a complexidade em implementar um arranjo educacional desta natureza. A esfera educacional está profundamente permeada por aspectos culturais que podem variar nas diferentes regiões abarcadas pelo bloco. Assim, embora a intenção do Mercosul Educacional seja combinar os supostos traços comuns às peculiaridades locais (Compromisso de Brasília), é inegável que as dinâmicas educacionais e culturais regionais podem resistir às propostas do acordo internacional. Daí a importância da promoção de um projeto educacional que, efetivamente, respeite as identidades autóctones, e não imponha uma homogeneização cultural.

### **Educação e Política Externa**

Reconhecido o papel político desempenhado pelo ensino de história, é plausível conceber que ele não se circunscreva à política interna, mas que também possa se estender e se manifestar em termos de política *externa*. Ora, se os Estados podem se valer de artifícios educacionais para empreenderem políticas no âmbito doméstico, não há razão para desacreditar que avancem em medidas da mesma natureza em suas relações externas. Portanto, a educação, aqui representada pelo viés específico do ensino de história, pode traduzir-se em meio de recrudescer as opções de política externa dos Estados.

Isso deixa claro que os mecanismos de atuação política podem se valer de instrumentos muito variados. No caso da política externa, por exemplo, as articulações não estão restritas a entendimentos nas esferas comercial, econômica ou militar, mas também se exprimem por meio de acordos centrados em questões culturais e educacionais. Em decorrência, é premente que a análise de política externa incorpore o debate sobre essas temáticas, de modo a alargar seu poder explicativo acerca do comportamento internacional dos atores políticos (Pinheiro, 2006, p.5).

Há de se discutir, ainda, o significado e o impacto da inclusão desses temas na política externa. No caso em tela, examinam-se as negociações travadas pela política externa brasileira acerca da cooperação educacional no Mercosul. Resultam daí reflexões que podem conceber a ação brasileira tanto como um fim em si quanto como um instrumento para a consecução de objetivos de outras naturezas. Na primeira hipótese, a construção de uma identidade comum pode ser interpretada como um movimento de afirmação de uma cultura latino-americana, contestando não só as recorrentes leituras estrangeiras feitas e assimiladas sobre a região, mas também buscando afirmar as identidades locais face um contexto de globalização cultural. Na segunda, com caráter mais pragmático, a cooperação educacional figura como um

catalisador de políticas, de ordens variadas, que o Brasil possa desenvolver para o bloco; trata-se de um esforço para que sejam reduzidas as rivalidades intra-membros, por meio da formação de valores comuns, de forma a torná-los mais receptivos às investidas brasileiras, aprofundando, assim, a integração.

A incorporação da educação à agenda de política externa é particularmente favorecida pelos processos de integração regional. Em arranjos deste feitio, as relações entre os países-membros são incrementadas, na medida em que passam a contar com maior diversidade temática e um maior número de atores envolvidos. Observa-se, assim, um duplo movimento: de um lado, é criado um ambiente propício para que sejam exploradas distintas estratégias na consecução dos objetivos externos; de outro, passam a ser necessárias novas formas de interação – incluindo aí identitárias e culturais – para que se aprofundem os vínculos internacionais.

Nesse contexto, o Mercosul Educacional desponta como um contundente foro de atuação da política externa brasileira. Se são frequentes as demonstrações de descrédito quanto ao efetivo desempenho do Mercosul, o SEM é um poderoso instrumento para que seja colocado fim ao entraves criados por rivalidades e desentendimentos entre os membros do bloco. Considerando que, desde a década de 1980, o Brasil vem orientado suas relações exteriores para o aperfeiçoamento dos laços com os países vizinhos, contrariando inclusive uma perspectiva de afastamento e isolamento em relação à América Latina, que perdurou por longo período da história nacional, o Mercosul Educacional desponta como poderoso meio de avançar nessa estratégia. Afinal, e emergência de uma sociedade civil vinculada por sentimentos comuns certamente guiará a política externa de seus Estados no sentido de consolidar o processo de integração regional.

### **O Ministério da Educação como ator na política externa brasileira**

A investigação do relacionamento entre educação e política externa revela uma especificidade: a negociações e acordos realizados no âmbito do Mercosul Educacional são empreendidos pelo Ministério da Educação brasileiro, e não pelo Itamaraty. Ou seja, se a tradição brasileira consagra a insularidade e o monopólio do Ministério das Relações Exteriores na formulação e implementação da política externa, a cooperação educacional no SEM aponta para o envolvimento de novos atores na condução das relações exteriores. Desse modo, ainda que o tema abra um grande programa de pesquisa, que não será devidamente explorado neste espaço, vale dedicar algumas linhas ao tema.

Pode-se constatar que, desde a década de 1990, diferentes setores da sociedade vêm demonstrando crescente interesse nos assuntos tratados pela política externa. Seja devido à globalização, que encurta distâncias e torna os fatores internacionais cada vez mais presentes no cotidiano social, seja devido ao processo de liberalização por que passou o Brasil, tornando o país mais suscetível às movimentações econômicas externas, os efeitos distributivos das decisões de política externa são cada vez mais sensíveis aos diferentes atores sociais (Lima, 2002, p.88).

Ao mesmo tempo em que as questões internacionais ganham crescente destaque no cenário interno, a ação exterior do país ganha visibilidade e, assim, ocupa maior espaço no debate público: a política externa, enfim, politiza-se. Assim, o Itamaraty, além de ter sua atuação mais detidamente acompanhada, perde a sua exclusividade na condução das relações exteriores do país, uma vez que um número crescente de atores – tanto estatais quanto não-estatais – passa a adquirir interfaces externas em suas atividades.

O desempenho do Ministério da Educação no SEM confirma essa tendência. A agência educacional do governo federal, ao exercer intensa atividade no Mercosul Educacional, torna sua ingerência internacional evidente. Nesse sentido, cabe comparar o comportamento do Ministério da Educação às diretrizes de política externa elaboradas pelo Itamaraty, de forma a se observar em que medida elas estão em sintonia ou divergência. Em outros termos, há de se pensar quais efeitos a política empreendida por novos atores, como Ministério da Educação, pode trazer para as estratégias diplomáticas brasileiras.

Outro ponto significativo tangenciado por essa discussão é a problematização do chamado “interesse nacional”. Ao serem levados em conta os diferentes atores que tomam parte na política externa, promove-se a fragmentação necessária para que se percebam as origens que conformam os supostos interesses da nação (Pinheiro, 2000, p. 450). Ressaltam-se, assim, os pleitos correspondentes a cada ator político, o debate entre eles e a vertente que obteve destaque, acabando por assumir uma defesa que se confunde com o próprio desejo do país. Ademais, a identificação do ator que projeta e empreende determinada política externa permite que haja responsabilização por sua ação, em vez de diluí-la na imprecisa amplidão do “nacional” (Hill, p.70).

## **Conclusão**

As observações registradas nesse estudo têm como mote principal a necessidade de se buscarem, constantemente, novos ângulos para a compreensão das relações internacionais. Tendo em vista o crescente incremento das interações internacionais, trazendo efeitos a cada vez mais dimensões da vida contemporânea, é imperativo estar atento aos novos temas e atores que vêm sendo incorporados à dinâmica internacional.

Nesse sentido, a educação sobressai como um espaço que já extrapola os domínios domésticos e estabelece canais intensos de comunicação com o nível externo. Mais do que isso, as questões educacionais, por estarem intrinsecamente vinculadas a fatores de identidade e cultura, tornam evidente a importância de se abordarem essas temáticas na tentativa de compreensão da vida internacional.

Desse modo, é bastante plausível que a educação esteja entrando na agenda da política externa brasileira. Ou seja, ação externa brasileira no âmbito do Mercosul Educacional aponta para a intenção de aprofundar a integração regional por meio da superação de rivalidades e diferenças. Em especial, destaca-se o potencial do ensino de história como meio de a integração substituir o nacionalismo como fundamento dos projetos educacionais.

## **Referências**

COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1998, Brasília. 07 de abril de 1998.

CRISTOFOLI, Maria Silvia. **Intercâmbio cultural, ensino de história e identidade latino-americana: uma utopia possível?**. Florianópolis: CED/UFSC, Dissertação (Mestrado), 2002.

CRISTOFOLI, Maria Silvia; Dias, Maria de Fátima Sabino & Veríssimo, Marise da Silveira **Trajetória e perspectivas do ensino de História da América: reflexões a partir do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História e do Acordo de Cooperação Brasil – Argentina**. Artigo baseado em História da América, ensino,

poder e identidade, proferida na UNICAMP pela profa. Maria de Fátima Sabino Dias, em outubro de 2004.

Disponível em:

<[http://66.102.1.104/scholar?hl=ptBR&lr=&q=cache:QeqaadzSKgAJ:www.ifch.unicamp.br/anphlac/revista/numero04/revista4\\_arquivo\\_4.pdf](http://66.102.1.104/scholar?hl=ptBR&lr=&q=cache:QeqaadzSKgAJ:www.ifch.unicamp.br/anphlac/revista/numero04/revista4_arquivo_4.pdf)>. Acesso em 11 de agosto de 2007.

HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais – história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HILL, Christopher. **The Changing Politics of Foreign Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior, in **Contexto Internacional**, vol 22, n.2, jul/dez 2000.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. “Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar” in José A.G. de Albuquerque (ed.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**. Vol. 4, São Paulo: Anablume/NUPRI/USP, 2000, pp.449-474.

\_\_\_\_\_. **Política Externa Brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

\_\_\_\_\_. **Agendas e Atores da Política Externa Brasileira**. [S.I.:s.n.], 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação, Identidade e Política Externa**. Brasília, DF [s.n.], 2007.

REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO, 1991, Brasília. Protocolo de Intenções, 13 de dezembro de 1991.

REUNIÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO, 1999, Montevideu. Ata da XVII Reunião de Ministros de Educação do Mercosul.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999.

Sites:

MERCOSUL EDUCACIONAL. Apresenta projetos e documentos oficiais do Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <<http://www.sic.inep.gov.br/index>>. Acesso em: 11 de agosto de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 11 de agosto de 2007.